

3. O GRUPO AFRICANO E O FMI

Tratando-se do continente com maior número de países dos mais pobres, os problemas que se põem no seu relacionamento com o FMI são da mais diversa ordem e complexidade.

A realização da Assembleia Anual constitui sempre uma oportunidade para os países africanos, em conjunto, discutirem os problemas financeiros que os afectam e manifestar, junto do FMI e do Banco Mundial e da Comunidade Financeira Internacional, as suas preocupações fundamentais.

De entre as questões mais candentes ressalta-se a estratégia de ajustamento estrutural, cujos programas, na generalidade, se têm caracterizado pela ineficácia (taxa de crescimento real de 0,5 pontos durante o primeiro ano de execução e 0,6 pontos num período de dois anos; declínio do rendimento por habitante, persistência de elevada dívida externa, aumento da pobreza), por um certo tratamento de choque procurando atingir objectivos em prazos muito curtos e pela ausência de programas que atenuem os efeitos sociais negativos do ajustamento.

Foi sugerido o reexame do conceito e âmbito de aplicação da condicionalidade como princípio fundamental dos empréstimos do Fundo.

O Grupo Africano manifestou-se contra a aplicação de medidas punitivas duras, como a suspensão da assistência técnica e do acesso à formação em razão dos atrasados da dívida em relação ao Fundo. Consideram essa posição incompreensível num momento em que o Fundo reconhece os custos elevados do endividamento e a necessidade de se reduzir a dívida e compromete, inclusivamente, os seus próprios recursos para facilitar as operações de redução.

De salientar a conclusão do estudo sobre o problema da dívida dos países da África Sub-Sahariana que, segundo os Administradores, será remetido para apreciação dos Governadores nos próximos meses.

A Nona Revisão Geral das Quotas-Partes foi objecto de apreciação especial. Como afirmámos atrás, os cálculos relativos à repartição das quotas resultam numa baixa da parte da África e do poder de voto do continente. Um apelo foi lançado no sentido de se preservar o nível actual de representação africana.

Procedeu-se à eleição do novo Presidente do Grupo Africano e dos membros do Bureau e do Grupo de Trabalho para um período de dois anos, com a seguinte constituição:

*Tratamento @
países aфри-
canos.*

Estudo

- . Presidente - Costa do Marfim
- . Vice-Presidente - Tanzânia
- . Relatores/Secretários - Gana e Argélia
- . Grupo de Trabalho

Africa Oriental: Quênia, Moçambique e Seychelles;

Africa Ocidental: Senegal, Mali e Libéria;

Africa do Norte: Egipto e Sudão;

Africa Central: Chade e Burundi.

Discutiu-se a questão duma maior e mais activa representação do Grupo Africano no Comité Interimaire e no Comité de Desenvolvimento. Todos os países africanos deverão poder participar como membros agregados desses Comités, como forma de reforçar as posições dos nossos representantes e de melhor se inteirarem dos problemas aí debatidos.

Admitiram que Cabo Verde deverá integrar o grupo dos países africanos que participam do Comité de Desenvolvimento.

III. COOPERAÇÃO CABO VERDE/FMI

Não havendo Programas de Ajustamento Estrutural para Cabo Verde, a Cooperação Cabo Verde/FMI tem-se restringido à assistência técnica e às consultas (bianuais) ao abrigo do Artigo IV dos Estatutos do FMI.

Assim, foram realizados diversos encontros com departamentos especializados do Fundo, dos quais destacamos:

- (a) Reunião com uma representação do Bureau de Estatísticas, chefiada pelo Sr. DONALD J. DONOVAN, Deputy Director.

O Bureau de Estatísticas insistiu, uma vez mais, na primordial importância que reveste a inserção duma página estatística sobre Cabo Verde na publicação IFS.

Indagou ainda sobre a introdução das mudanças no sistema contabilístico do Banco de Cabo Verde, nomeadamente no que diz respeito à separação das contas de residentes e não residentes.

O acordo de princípio para a publicação da página do IFS foi dado há dois anos. {Persistem, no entanto, o problema do atraso na elaboração das informações que será muito brevemente ultrapassado no que diz respeito ao Banco de Cabo Verde e a dificuldade na disponibilização, em tempo oportuno, dos dados da Caixa Económica de Cabo Verde e das estatísticas do Governo.

Dada a complexidade e o grau de apresentação analítica das informações exigidas, foi solicitado ao Bureau assistência técnica na montagem de um banco de dados no domínio das estatísticas e estudos económicos, no aperfeiçoamento das informações da balança de pagamentos e na preparação de um quadro na área das estatísticas do Governo.

O representante do Bureau afirmou ter consciência da complexidade do questionário sobre estatísticas do Governo e que procurará, por isso, elaborar no próximo ano um questionário mais curto e de fácil preenchimento.

Frizando, mais uma vez, a necessidade da publicação da página Cabo Verde no IFS, disse que, por ser difícil responder a todas as solicitações dos Bancos Centrais em matéria de assistência técnica, a publicação deverá conter, à partida, os dados das áreas que sejam de fácil obtenção e, gradualmente, progredir-se para as áreas mais complexas.

Em encontro particular discutiu-se com a Sra. SEBASTIAN os pormenores técnicos do relatório da missão.

b) Encontro com o Departamento de Bancos Centrais, encabeçado pelo seu Director Sr. LINDGREN

Reafirmando a importância da assistência técnica que nos vem sendo prestada pelo FMI, a delegação salientou as seguintes áreas como prioritárias, de momento:

- . Contabilidade
- . Departamento de Auditoria
- . Assessor do Governador
- . Departamento do Estrangeiro
- . Documentação
- . Dívida Externa
- . Departamento de Estudos Económicos
- . Implementação do Manual de Organização
- . Implementação das Bases de Política de Pessoal

c) Encontro com o Departamento de África chefiado pelo Sr. Diogo Iouré

Estiveram presentes nessa reunião o Administrador para o grupo de Cabo Verde, Sr. MAWAKANI SAMBA, e membros da última missão de consulta ao nosso país.

Foram abordados os aspectos relativos às diversas recomendações da última missão do FMI a Cabo Verde e constantes do respectivo relatório, nomeadamente, a liberalização das trocas (comércio externo e pagamento), maior participação do sector privado na economia, a questão dos atrasados da dívida, publicação da página IFS, a periodicidade das consultas ao abrigo do Artigo IV do Estatuto, bem como a necessidade de envio prévio de dados estatísticos regulares e atempados que facilitem as missões de consulta e a assistência técnica.

Sobre essas questões, a delegação informou em detalhe dos projectos relativos à simplificação dos procedimentos administrativos de importação, do início das discussões sobre a política de importação (comércio externo), das medidas legislativas recentes de incentivo ao investimento externo e à maior participação do sector privado, à quase eliminação dos atrasados da dívida sobre a qual lhes foi facultada relação recente das operações efectuadas, e da nossa disponibilidade em facultar atempadamente os dados e informações estatísticas.

A representação do Departamento regozijou-se com as iniciativas em curso, tendo incentivado Cabo Verde a prosseguir com as discussões sobre a problemática das importações e congratulou-se pela recuperação operada nos atrasados da dívida.

IV. DIVERSOS

a) Conferência SEI/AMGI

MNE mandou uma carta
ao interessado;

A anteceder a Reunião Anual do FMI/Banco Mundial, realizou-se, nos dias 20, 21 e 22 de Setembro, uma conferência promovida pela SFI e pela AMGI e intitulada "Promoção de Investimentos Estrangeiros na África Sub-Sahariana". Embora cada conferencista apenas dispusesse de 15 minutos para apresentar o seu tema, o encontro valeu pela riqueza das questões abordadas e pela experiência vivida nalgumas regiões, e que conduziram a resultados altamente satisfatórios nalguns casos. Altos funcionários de alguns países (caso das Maurícias, Irlanda, República Dominicana, Hong-Kong, América Latina - Argentina), de organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, SFI e FMI), de organismos de desenvolvimento regional (ASEAN, CEDEAD, PTA, CEE, etc.),

INSISTÊNCIAS
do FMI e
Banco
Mundial e
de SFI

da CNUCED, investidores (sendo um da Coreia e outro das Maurícias, este último também professor), professores e entendidos em questões económicas e financeiras fizeram chegar aos participantes um manancial de temas e de experiências intimamente inter-relacionados uns com os outros, de extrema valia. As questões abordadas foram de vária ordem, desde políticas de investimento viradas para mercados mundiais de exportação, inseridas em zonas francas (experiência das Maurícias, Irlanda, América Latina, República Dominicana, Hong-Kong, etc.), dos "quatro dragões" da Ásia em matéria de participação estrangeira em investimentos virados para a exportação, de alguns projectos específicos em Bangladesh (vestuário) e Indonésia (contra-placados) que conduziram ambos a resultados altamente positivos, passando pela promoção de investimentos - o "marketing" dum País, até a questões ligadas à privatização em África e o papel do investidor estrangeiro. Como dissemos atrás, a conferência valeu pela multiplicidade de temas ali tratados e pelas experiências transmitidas pelos próprios agentes responsáveis pelos resultados alcançados (nalguns casos bons, e noutros menos bons ou mesmo fracassos). Após a apresentação de temas e de experiências vividas, seguia-se, quase sempre, uma sessão de debates sobre os assuntos versados.

No momento em que no nosso país se criam os instrumentos capazes de materializar as decisões saídas do III Congresso do PAICV, pensamos que a conferência teve o condão de nos alertar para a complexidade de questões a serem tidas em conta (dado o seu grau de inter-dependência) em todo o processo que conduzirá à reorientação da nossa economia.

Participou na conferência, por parte do BCV, o Camarada António Hilário Cruz.

b) Renovação da linha de crédito de apoio às pequenas e médias empresas. Discussão com o Sr. Jean Bauer

O Sr. Bauer confirmou a disponibilidade do Banco Mundial em negociar a renovação da linha de crédito e reconheceu a eficiência e o rigor na utilização da linha de crédito em curso.

Entretanto, teceu considerações sobre o sistema bancário em Cabo Verde, inclusivé, a hipótese da divisão do Banco de Cabo Verde em bancos especializados, como possível condição para a renovação da linha de crédito.

Fizemo-lo ver o despropósito dessa condicionalidade, pois, Cabo Verde, pelo rigor na gestão dos meios postos à sua disposição, amplamente comprovado, inclusivé pelo Banco Mundial, tem direito e legitimidade à renovação da linha de crédito.